



Ata da reunião ordinária do plenário do Conselho Municipal de Políticas Sobre Drogas e Álcool do Município de São Paulo - COMUDA.

Data: 06 de Junho de 2023, das 14h às 17h.

Local: Auditório da Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social

LISTA DE PRESENÇA

Conselheiros presentes

	Nome/E-mail	Instituição
1	Alcione Moreno alcionem@uol.com.br	Fundação Porta Aberta
2	Carolina Jessica de Silva Salado csalado@crefito3.org.br	Conselho Regional de Fisioterapia e Terapia Ocupacional (CREFITO-3)
3	Cecilia Galicio ceciliagalicio@hotmail.com	Conselho Estadual de Políticas sobre Drogas - CONED/SP - Sociedade Civil
4	Danilo Polverini Locatelli danilo.locatelli@uol.com.br	Núcleo de Pesquisa em Saúde e Uso de Substâncias - Universidade Federal de São Paulo (NEPSIS/UNIFESP)
5	Isabel Figueiredo Pereira de Souza ifpereira@prefeitura.sp.gov.br	Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social (SMADS)
6	Isabela Marques Gomes de Lemos	Coord. Políticas de Drogas/SMDHC
7	Guilherme Trevisan Kortas gtkortas@gmail.com	Programa do Grupo Interdisciplinar de Estudos de Álcool e Drogas (GREU/USP)
8	Marcos Muniz de Souza mmuniz.souza@gmail.com	Conselho Regional de Psicologia (CRP/SP)
9	Marcos Paulo de Oliveira Alves	Conselho Estadual de Políticas sobre Drogas - CONED/SP - Governo
10	Márcia Helena Matsushita mmatsushita@sme.prefeitura.sp.gov.br	Secretaria Municipal de Educação (SME)
11	Maria das Candeias Vieira Pinto	Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Trabalho (SMDDET)
12	Regiane Cristina Ferreira regiane@cress-sp.org.br	Conselho Regional do Serviço Social de São Paulo
13	Ricardo Luiz Iasi Moura ricardomoura@prefeitura.sp.gov.br	Secretaria de Governo Municipal
14	Silvia de Oliveira Santos Cazenave silviacazenave@gmail.com	Conselho Regional de Farmácia de São Paulo (CRF/SP)

Conselheiros ausentes (com justificativa)

Nome/E-mail		Instituição
1	Claudia Ruggiero Longhi claudialonghi@prefeitura.sp.gov.br	Secretaria Municipal de Saúde
2	Cristiano Avila Maronna cmaronna@msn.adv.br	Ordem dos Advogados do Brasil - Seccão São Paulo

Conselheiros ausentes (sem justificativa)

Nome/E-mail		Instituição
1	Amanda Cardoso Silva amandacardoso@prefeitura.sp.gov.br	Secretaria Municipal de Esportes e Lazer (SEME)
2	Bruno Saraiva Santana	Secretaria Municipal de Cultura
3	Cecilia Motta cecimotta@uol.com.br	Projeto Quixote
4	Euclides Conradim	Secretaria Municipal de Segurança Urbana (SMSU)
5	Felipe Becari Comenale felipe.becari@saopaulo.sp.leg.br	Com. Saúde Promoção Social Trabalho e Mulher
6	Francisca Henrique Oliveira francisca.oliveira@saopaulo.sp.leg.br	Comissão Extraordinária Permanente da Criança, Adolescente e Juventude
7	Guilherme Peres Messas	Comite para Regulação do Alcool (CRA) Faculdade de Ciências Médicas da Santa Casa de São Paulo
8	Maria Izabel Fernandes	Comissão Extraordinária Permanente de Defesa dos Direitos Humanos e Cidadania

Demais presentes

Nome/E-mail		Instituição
1	Jorge Arthur Canfield Floriani	ABRAMD
2	Malu Gama	Comissão de Direitos Humanos Camara Municipal

	Nome/E-mail	Instituição
3	Vera Lucia Bagnolesi	CONED
4	Maria Angelica Comis	ALESP - Eduardo Suplicy
5	Maria Eduarda Oliveira	Estagiária - SMDHC
6	Luiz Fernando Pracedino	SOS Enfermagem
7	Wagner Lagunas	Coordenadoria de Atenção Básica
8	Michel de Castro Marques	É DE LEI/ABORDA

ABERTURA - INFORMES - PAUTA

- Informes Gerais;
- Drogas K;
- Centros de Convivência (Recomendação CNDH)
- 8ª COMPAD

DISCUSSÃO

1 ABERTURA

Participantes se apresentam.

Marcos inicia a reunião informando que haverá grandes informes, inclusive, sobre o CONED. Informa que estiveram presentes na Avenida Paulista no dia 18 de maio em comemoração à Luta Antimanicomial. Comenta que no dia 12 de maio, participou a convite do "É de Lei" do encontro com Marta Machado, uma escuta no território da Luz com as entidades, movimentos sociais e sociedade civil, juntamente com Jorge Arthur, Carolina e Cecília. Aponta que foi um momento bastante interessante, principalmente pela sensibilidade da SENAD em escutar os usuários presentes. Neste mesmo dia, esteve em uma reunião com o Ricardo Iasi e a Flávia do Programa Redenção, onde falaram assuntos referente ao conselho e a sua relação com o governo e apresentar a nota técnica/recomendação a partir do GT - Espaço de Uso Supervisionado. Comenta sobre a retomada do CONED e a primeira reunião ordinária realizada.

Cecilia Galicio Fala sobre a retomada do CONED. Informa sobre as inscrições e participação do GT a fim de discutirem sobre o novo Plano Estadual sobre Drogas. Informa que na semana passada houve uma discussão que resultou no pedido de ingresso ao CONED, ao grupo de trabalho

responsável pela regulamentação da lei de fornecimento de canabidiol pelo SUS, as atividades do CONED e o reforço do novo conselheiro representante do CONED.

Marcos complementa sobre sua ansiedade em relação ao retorno do CONED e deseja publicamente as boas vindas aos novos conselheiros. Agradece a Vera por todo o trabalho ao longo desses anos e espera que essa troca continue, entre o COMUDA e o Conselho Estadual.

Marcos Paulo agradece a acolhida e faz apenas um reparo breve na fala da Cecília, onde informa que o que foi aprovado, não foi um pedido de ingresso no comitê, mas na verdade, fizeram um pedido de informações para debaterem o pedido de ingresso na próxima reunião. Agradece a participação neste espaço democrático e diz que a Cecília tem cumprido de forma exemplar a representação deste Conselho no CONED, sempre os mantendo informados das atividades realizadas. Informa que as reuniões são públicas e acontecem sempre na última quinta-feira do mês, a partir das 09:00 da manhã. A próxima reunião será presencial no dia 29, na sede da Secretaria de Assistência Social, e o link estará disponível na página do CONED, no Facebook. Em relação a Verinha, comenta sobre a sua importância no CONED e agradece por tudo aquilo que ela transmite diariamente em relação a experiência nesse Conselho.

Marcos Sobre a eleição do CONAD, diz que foi um momento histórico da sociedade civil e espera que o COMUDA possa ser assessorado por este Conselho e que será uma referência importante para o COMUDA enquanto Conselho Municipal.

Cecilia Galicio Comenta sobre a relação das entidades que foram eleitas no Eixo I; acolhimento, ajuda mútua e reinserção social, onde tiveram a RENFA e a Rede Latino-Americana e do Caribe de Pessoas que usam Drogas e sobre a representação de mulheres e de pessoas usuárias no eixo que trata de acolhimento. Comenta sobre o conjunto inteiro ser antiproibicionista e com princípios no cuidado em liberdade e aos direitos humanos. Comemora pois o eixo será falado a partir de uma perspectiva feminina e está muito feliz com a RENFA no papel de dar conselhos ao governo federal de como cuidar das pessoas e principalmente no que diz respeito a Rede Latino-Americana e do Caribe de pessoas que usam drogas, porque o problema das drogas é um problema global! Sobre o Eixo II, Saúde e Prevenção em Redução de Danos, informa que temos o Centro de Convivência É de Lei, a Escola Livre de Redução de Danos e a Rede Brasileira de Redução de Danos e Direitos Humanos. Sobre o eixo três: Direitos Humanos, Antirracismo e Acesso à Justiça, temos: Iniciativa Negra Por Uma Nova Política sobre Drogas, Plataforma Brasileira de Política de Drogas e a Rede Jurídica pela Reforma da Política de Drogas. Para completar, no Eixo IV, que é

de Ciência e Pesquisa, a Sociedade Brasileira de Toxicologia e a ABRASME - Associação Brasileira de Saúde Mental. Pede publicamente o apoio de todas as pessoas que estão no campo e convida a todos para trabalhar em consonância com aquilo que o Conselho Nacional de Política de Drogas vai trazer como uma nova perspectiva de Política de Drogas, uma oportunidade de o CONAD decidir, avaliar e identificar qual é a real necessidade da sociedade civil.

Marcos complementa a começar a ter representação de usuários e usuárias, trabalhadores, outras secretarias.

Luiz faz a leitura de uma carta escrita no mês passado em volta da Luta Antimanicomial.

Angélica informa que no dia 31 de maio foi relançada a frente parlamentar de cannabis medicinal e cânhamo industrial na Assembleia Legislativa e possivelmente no dia 22 de junho haverá uma audiência pública sobre crackolândia e cenas de uso de São Paulo na ALESP.

Isabel informa que não conseguiu se comunicar ainda com a Secretaria de Saúde. Fala que tem um problema bastante sério quando estão falando de produção de dados sobre mortalidade e morbidade de pessoas em situação de rua e inclui as pessoas que estão na cena de uso, muito em função das fichas de registro que possuem, do sistema de agravo de notificação, das declarações de óbitos, fichas do ministério, do governo federal que não tem um campo para conseguir identificar, por exemplo, pessoas em situação de rua e que isso tem se tornado um desafio já há algum tempo. Diz que a SMADS oficializou o Ministério da Saúde e a Secretaria Nacional de Vigilância que esses campos sejam inseridos nesses instrumentais, pois não é a primeira vez que isso acontece. Pontua que estão contando com o apoio da frente parlamentar, que estão falando da questão do HIV, AIDS, DST, Tuberculose, para ajudá-los a pressionar o Governo Federal nesse sentido. E acredita que é importante que os conselhos que trabalham com a temática de população em situação de rua, cenas de uso e o COMUDA, os ajudem nessa pressão para que possam conseguir que o Governo Federal comece a coletar esses dados para que possam planejar a política pública contando com essas informações. Fala que irá compartilhar o ofício no grupo.

Jorge ainda sobre a eleição do CONAD, diz que o presidente da REDUC, Oswaldo Fernandez, lhe pediu hoje que falasse sobre a participação da REDUC no conselho. Na reunião que participou, informa que colocou para o conjunto das organizações que a questão da criança e do adolescente no narcotráfico, é uma das piores formas do trabalho infantil, decidida pela Organização

Internacional do Trabalho. Fala que faz parte de um grupo que estuda a socioeducação e ontem ficou sabendo do caso de um menino de 20 anos que estava trabalhando, sua medida socioeducativa foi julgada a revelia, algo que tinha acontecido aos 16/17 anos e a polícia foi buscá-lo no trabalho, saindo de lá algemado. Enfatiza que a questão da criança e do adolescente na exploração comercial é uma das piores formas do trabalho infantil e não pode ser tratada única e exclusivamente como caso de encarceramento e esse tipo de política é garantia de direitos!

Malu acredita que o conselho acompanhou durante o ano passado e início deste ano o grupo de trabalho no âmbito da Câmara Municipal e da Assembleia Legislativa sobre a cracolândia. Informa que com a alteração da composição da comissão de Direitos Humanos, vão ter que instalar novamente o grupo de trabalho da cracolândia. Informa que o requerimento já foi aprovado e está aguardando ser aprovado na ALESP, retornando em breve com as reuniões.

2 PAUTAS

2.1 - Centro de Convivência

Marcos inicia a pauta falando sobre o trabalho do GT Espaço de Uso, que chega em sua formulação de entender enquanto uma recomendação e não um CECCO AD, na região do centro, trazendo a perspectiva da Atenção Psicossocial, dos Centros de Convivência e Cooperativa junto com as experiências da sociedade civil em montar um Centro de Convivência no centro. Fala que a partir disso fizeram a recomendação intersecretarial à Coordenação Executiva, enquanto recomendação para quatro secretarias: Direitos Humanos, SMADS, Saúde e Secretaria de Governo, solicitando a regulamentação desses serviços. Comenta que o CNDH vem acompanhando desde o início do ano as reuniões e as discussões do COMUDA sobre a questão da cracolândia e as internações em comunidades terapêuticas como pauta prioritária. Refere que o CNDH solicitou o trabalho final e que o Darcy não acompanhou a reunião que foi feita a leitura. Informa que, além da nota técnica, encaminharam a solicitação de uma recomendação de regulamentação interministerial desse serviço, passando pelo plenário, Ministério da Saúde, Ministério dos Direitos Humanos e o Ministério da Justiça a qual está a SENAD – Secretaria Nacional de Políticas de Álcool e outras Drogas, encaminhado ao CNDH. Comenta que estiveram em uma reunião ordinária no dia 11 de maio, em um evento em Brasília, que durou dois dias inteiros. Contou com a presença do Paulo Amarante, usuários de serviços do Distrito Federal,

Coordenação Executiva do COMUDA por conta do mês da Luta Antimanicomial. Comenta que a recomendação que o COMUDA mandou foi apreciada e aprovada na sua integralidade, enquanto uma recomendação para a regulamentação interministerial e que a única alteração foi a inclusão do Ministério da Mulher e o Ministério da Igualdade Racial. Informa que tem uma recomendação do CNDH solicitando um Centro de Convivência para álcool e outras drogas e entende que se isso se tornar uma portaria interministerial, será muito significativo. Ainda sobre Brasília, tiveram um encontro com Marta Machado, Secretária Nacional de Políticas de Drogas, onde entregaram o documento do GT em relação aos Centros de Convivência. **Carolina** diz que há um ano já estão trazendo ao plenário essa discussão e pensando como podem conversar com o município para poder pensar, pois é uma demanda muito antiga do centro. Comenta que a Secretaria Municipal de Saúde é sensível a isso, mas insistem e acreditam sobre a questão do investimento para contemplar a região da Luz, região onde estão as pessoas mais vulneráveis. Explica que como moradora da Vila Buarque, região central, está bastante preocupada, pois vem crescendo o número de usuários, de pessoas usando crack nesta região e conta com a sensibilidade do município para que essa articulação possa ser feita. Acredita que o município tem condições de implementar esse serviço, baseando se em questões técnicas (CREFITO, CRP e a Cecília como reforma), aproveitando os conhecimentos técnicos para apoiar o que o município, enquanto demanda do campo do AD, precisa e entendendo que esse centro de convivência dará novas perspectivas de vida para as pessoas em situação de vulnerabilidade.

Marcos pergunta ao Wagner como é essa proposta hoje na Secretaria de Saúde.

Wagner responde que todos os encaminhamentos foram passados, inclusive as atas, mas até então, como a implantação de novos equipamentos não depende da área técnica, depende de outro gabinete, mesmo transmitindo tudo o que foi discutido, até então não tiveram uma devolutiva. Acredita que é importante colocar como foi compartilhado, como estão investindo nesse equipamento, nessa proposta. Fala que se tem uma coisa que estava pensando e acha tranquilo de compartilhar com todos também, quais são os setores da sociedade, dos usuários que tem também para fazer nessa pressão? Acredita que a opinião pública é muito importante e tem um peso diferente, inclusive, de mostrar quem está mais organizado nesse momento, por exemplo, portal Santa Cecília, Associação de Comerciantes, pois pelo que tem analisado, eles estão conseguindo comunicar, chegando de fato os mandatos, gabinetes, vereadores. Diz que têm sentido uma

repercussão muito maior do que algo que realmente vai na contramão, que aponta outro caminho, que há possibilidade de ser operacionalizada e acha que em termos técnicos pode sim ser avaliado, talvez em termos de estratégia, de fazer essa proposta, de ganhar um corpo junto da opinião pública que está fazendo a pressão junto a Prefeitura, junto a Secretaria de Saúde e todos os demais órgãos que estão envolvidos com a questão do problema da cena de uso aberto do centro.

Marcos agradece ao Wagner e diz que eles têm pensado muito nisso, nessa relação com os moradores.

Angélica acha muito interessante quando o Wagner traz a questão dos moradores e comerciantes, porque eles têm visto que está sendo legitimada uma violência por parte dos próprios comerciantes e moradores também. Acredita que a dispersão ocorrida na região do central, fomentou essa violência, tanto por parte dos comerciantes quanto dos moradores, de fazerem “justiça” com as próprias mãos, enfatizando o quanto isso é grave e acha que isso é uma consequência do que o próprio poder público fez e terão que assumir as consequências disso. Fala sobre a comunicação no Brasil, o quanto é sensacionalista, filmando a abordagem realizada pela GCM e não respeitando o direito de imagem do usuário. Diz que acompanhou uma abordagem da GCM no território e que a Defensoria Pública interveio em relação às filmagens. Comenta que teve oportunidade de conversar com os moradores do Centro de Convivência É de Lei e discutir sobre a importância de ter um espaço de convivência para as pessoas usuárias de drogas. E o quanto é diferente quando se tem essa conversa com o poder público, muito mais dispostos a se defender do que escutar e construir juntos. Reflete que são pontos muito importantes de se discutir no plenário e alerta sobre uma matéria da Folha de São Paulo que fala sobre a milícia no território, onde os próprios moradores têm denunciado que a GCM tem cobrado dinheiro para fazer a segurança e o quanto isso é grave.

Luiz retoma a fala da Angélica, onde questiona sobre a reportagem citada. Reforça que é algo bem crítico, sugerindo que seja movida uma ação para tirá-los.

Marcos pede a Angélica que envie o link da referida reportagem, porque acredita que juntos poderão fazer um questionamento à Secretaria de Segurança Urbana para poder questioná-los a respeito dessas notícias. Reforça ainda, sobre a relação que devem ter com os moradores e que

devem apresentar informações sobre o centro de convivência, acreditando que terão um apoio bem importante.

Jorge aproveitando o gancho sobre a mídia, diz que na semana passada ou retrasada, o prefeito publicou um texto sobre a lei antidrogas e que não existe lei antidroga, pois o Conselho Nacional é de Política de Drogas! Fala que estão organizados dentro do marco jurídico regulatório exigindo Políticas Públicas de Drogas. Comenta que infelizmente perderam a gravação da fala da Dra. Solange Nappo, no grupo que tinham chamado Faces da Violência, onde ela fez uma fala, acredita que de 40 a 50 minutos, trazendo essa questão da mídia e a incidência da mídia nos trabalhos científicos. Complementa dizendo que acha extremamente importante o COMUDA tratar dessa questão da mídia como elemento de controle social importante!

Marcos sugere que talvez deveriam mandar para a mídia documentos do que está sendo produzido dentro do COMUDA, tal como: “O COMUDA, Conselho Municipal, Órgão de Governo e Sociedade Civil deste município, pensa propostas para fortalecer políticas públicas, uma delas é o Centro de Convivência, por causa disso...etc.” Acredita que esse seria um caminho de se pensar, de além de falar com os moradores, ter uma atuação maior com a imprensa.

Cecilia Galicio em relação a publicação da Folha de São Paulo, diz que é bom que os cidadãos do município de São Paulo saibam como é que pensa o Prefeito a respeito da política sobre drogas. Pontua que é um texto autoral onde ele manifesta a sua opinião a respeito desse fenômeno, mas gostaria de lembrar a todos que o COMUDA é uma política de estado, não é uma política de governo e que este é um espaço realmente de enfrentamento, porque não existe outro espaço político para a sociedade civil participar e contestar as políticas do município, reforçando que estão nessa reunião como política de estado que é a participação e controle social. Comenta sobre a incondicionalidade do artigo 28 da Lei de Drogas que não é assunto da prefeitura.

Marcos pergunta para a secretaria e coordenação o que eles pensam sobre isso.

Isabela acha que a possibilidade do que estão chamando de CECCO AD e que ser possível que aconteça, o “nome” é o de menos. Informa que a Secretaria de Direitos Humanos tem os Centros de Referência e já vinham discutindo a possibilidade de ter um Centro de Referência de Atenção e Cuidado ao usuário de drogas e como essas propostas poderiam se encontrar. Fala sobre a agenda

que tem com a secretaria onde apresentará o documento produzido pelo COMUDA e que caso alguém tenha interesse, poderiam marcar uma conversa diretamente com ela.

Ricardo faz uma observação sobre a fala da Cecilia Galicio, onde não acha que o COMUDA tenha que ser um espaço de enfrentamento, que serviria muito mais aos interesses da sociedade se fosse um espaço de contribuição e parceria. Sobre o relatório do GT Espaço de Uso, informa que já conhecem a sua posição e que parte de uma premissa de criação de locais de uso seguro, não sendo possível atualmente pela lei federal e se desejam propor algo nesse sentido, precisa-se mudar a lei, extrapolando a discussão da reunião a nível municipal. Cita a reunião que teve com Marcos, Carolina e a Flávia do Programa Redenção e que estão abertos para discutir as propostas, ideias e contribuições que serão muito bem-vindas! Comenta sobre as impressões da Flávia sobre o que estão propondo e que isso já acontece no SIAT II e III, já que isso já vem sendo implementado pela prefeitura no Programa Redenção. Outro ponto que chamou a atenção de Flávia, foi a questão da localidade do centro de convivência, pois pelo que entendeu é que esse centro sempre ficasse mais próximo das cenas de uso e a opção do Programa Redenção, da política municipal atual foi afastar os SIATS das cenas de uso por entender que isso é prejudicial à aderência ao tratamento, seja em assistência, seja em saúde.

Marcos diz que ao longo das últimas reuniões foram deixando muito claro que o grupo parte dessa perspectiva de se pensar um espaço de uso supervisionado a partir da dispersão, dentro de uma argumentação, uma tese jurídica que tem neste documento, mas que na sua recomendação final chega-se ao consenso de um Centro de Convivência de maior tolerância, de maior respeito, que tenha respeito e garantia aos direitos humanos! Acha que da parte da Coordenação Executiva vão continuar lutando dentro do que produziram no âmbito do conselho, no grupo de trabalho.

Michel comenta que o que está acompanhando em relação a essa questão dos centros de convivência, e acha que uma coisa importante que não podemos esquecer e que faz parte do campo da discussão, sobre confrontar a informação e pensar que informação é essa. Diz sobre as críticas em relação a implantação e o desenvolvimento das etapas do projeto redenção por esse governo, desde o Dória, Bruno Covas e agora com Ricardo Nunes, que todas essas fases, são implantadas a partir do achismo de alguém, alguém fala que tem que ser longe da cena de uso e questiona a partir de que experiência que isso foi feito, de que pesquisa, levantamento e de onde a prefeitura tira

dados para construir políticas públicas que não tem congruência com a realidade. Fala que esse é o grande ponto que precisa ser discutido. Comenta sobre algo importante que o prefeito Ricardo Nunes acabou de dizer em relação ao fechamento do SIAT, dos equipamentos próximos das cenas que foi uma visão estratégica da prefeitura e ninguém sabe porque. Fala sobre o aumento da cracolândia, onde a prefeitura resolveu espalhar a cena de uso pela cidade toda, criando dezenas de cenas de uso não só no centro, mas em outras regiões da cidade que não tinham cenas de uso, pulverizando e criando demanda para implantação de serviço. Crítica sobre o SCP que São Paulo inventou e que ninguém entende. Diz que a Claudia Long, Coordenadora de Saúde Mental, em um momento tentou explicar na reunião, mas não tem embasamento científico e embasamento técnico para a criação de uma comunidade terapêutica no meio da cidade, sendo que já tem uma Rede de Atenção Psicossocial implantado, que poderia dar conta da demanda que está sendo encaminhada para o SCP. Considerando que os serviços são de baixa exigência, próximo dos usuários, das pessoas, quer entender de onde a prefeitura tirou essas conclusões e que em nenhum momento trazem uma discussão aprofundada na reunião do conselho. Diz que acha que o conselho precisa trazer essas discussões, olhar para as pesquisas, olhar para as experiências internacionais não só para o que interessa o para o governo, mas olhar como um todo. Finaliza dizendo que essa é recomendação que vão trazer para o COMUDA e que é esse o papel do conselho!

Marcos informa que no relatório final colocam a referência da Lei Cuca, do núcleo físico que existe dentro da cracolândia.

Isabel retoma a fala em relação às perspectivas da Secretaria de Assistência Social. Fala que os ATENDEM eram o que tinham mais próximo do fluxo e o SIAT vem como um novo modelo. Segue dizendo que tinham os ATENDEM que era um equipamento somente da Assistência Social que se transformam no SIAT II, que de fato, estão um pouco mais distante da cena de uso e que na sua opinião é um grande ganho da política, que é o serviço pela primeira vez integrado com relação ao ATENDE, entre Saúde e Assistência social, com projeto terapêutico que é construído junto com o PIA. Explica sobre a decisão de não ter mais serviços na proximidade do fluxo e sim que tivessem até 2 km. Comenta que na época não estava na prefeitura acompanhando o programa, mas que entre diversos motivos, um deles foi sobre a condição do serviço no meio do fluxo, com todos os atores atuantes, estava completamente insustentável. Reflete que a avaliação que se tem hoje, um SIAT II com uma distância um pouco maior da cena de uso, eles têm conseguido fazer

um trabalho mais interessante, na perspectiva de produção de saída qualificada, de encaminhamento para rede assistencial, enfim, uma perspectiva de trabalho um pouco mais potente com esses usuários. Discordando um pouco da Flávia e algo que discutem bastante é em relação ao serviço de acolhimento que deu certo mesmo com a distância da cena de uso, por essa possibilidade de um trabalho um pouco mais estruturado e com a transferência desses serviços, gera de fato um vácuo de provisão de necessidades básicas de sobrevivência próximo ao curso. Justifica que por conta disso foi instalado e tem sido chamado provisoriamente de SIAT Emergencial, contando com uma equipe de Assistência Social e de Saúde, localizado na Rua Helvétia, próximo ao fluxo, 24 horas por dia, tentando proceder com o encaminhamento, inclusive, continuam fazendo distribuição de alimentação. Discorda que o fato de terem implantado um SIAT Emergencial, esse arranjo mais provisório e estarem realizando o que foi relatado acima, aponta para uma questão que talvez precisem de um equipamento de convivência e entende-se como convivência o acesso a alimentação, banheiro, banho, descanso em algum lugar mais próximo. Informa que algo que foi apontado por ela na discussão do relatório e que é importante registrar novamente, trazer essa discussão para a Assistência Social, considerando que os Núcleos de Convivência na população em situação de rua, hoje, na cidade, são a oferta mais próxima que se tem disso. Entende que estão falando de um serviço de saúde, que consigam dar um contorno um pouco maior para as demandas que aparecem, mas que estranhou, por exemplo, o ofício/relatório não ter sido enviado para o MDS, pois acredita que se trata de um ministério importante para estar na construção interministerial de regulamentação desse serviço. Diz que compreende a fala da Flávia e que o SIAT II ofertam muito o que é pensado na proposta, mas acha que quando estão falando de um equipamento de convivência na perspectiva da saúde, num Centro de Referência de Direitos Humanos ou mesmo um serviço de convivência e fortalecimento de vínculos como se tem no SUAS, estão falando de uma oferta que é diferente do acolhimento, justamente porque é de menor exigência, porque é para atender uma necessidade de sobrevivência muito imediata, mas sente falta disso estar sendo mais dialogado com a Assistência Social, inclusive a nível federal.

Marcos diz que é bom saberem mais de cada Secretaria de Governo, Direitos Humanos, Assistência, como está se dando esse debate e que em alguma medida, isso está entrando dentro da agenda política. Informa que precisará encerrar essa pauta e que darão início ao tema sobre as drogas K. Agradece a Silvia Cazenave, conselheira pelo Conselho Regional de Farmácia, ao Wagner, representante da Secretaria Municipal de Saúde e à conselheira Claudia Long. Informou

que na reunião passada, surgiu a urgência de estarem falando sobre a K9, K2, K4, no município de São Paulo, como pauta importante para essa reunião. Informa que houve a nota técnica da secretaria, a qual foi muito criticada pelo plenário, a começar pelo nome de maconha sintética e que a Cláudia trouxe a perspectiva sobre a droga que será compartilhada posteriormente. Informa, ainda, que enviaram um ofício para a Secretaria Municipal e que desde quinta-feira, Carolina e ele não estão conseguindo acessar o SEI, pois tinham a expectativa de responder o ofício até o dia anterior (segunda-feira). Comenta que neste ofício, perguntam a incidência de intoxicação pelas drogas K por território e como tem aparecido isso na Rede de Atenção Psicossocial, nos CAPS AD. Ressalta que como conhecem muitas pessoas da rede, estão escutando muito dos gerentes dos CAPS, em todas as áreas do município que a droga já chegou, que tem casos de usuários com intoxicações importantes, então, acredita que seja o momento certo de se discutir essa questão! Finaliza, agradecendo a Silvia e concedendo a oportunidade para que seja realizada a apresentação.

Silvia inicia a apresentação cujo tema são as drogas K. Fala sobre as “legal highs”, substâncias de desenho que são as drogas sintéticas de uma forma geral. Informa que o que se chama hoje de novas substâncias psicoativas (NSP), são as substâncias sintéticas que estão sendo comercializadas e difundidas mundo afora, sendo as drogas K apenas uma delas. Comenta sobre alguns desafios enfrentados sobre esse grupo de substância, desde a parte analítica e sua identificação, a parte de pesquisas por ser uma substância nova em relação ao tipo de uso, pois tem substâncias da década de 90, substâncias detectadas a partir dos anos 2000, mas, ainda falta muita pesquisa sobre o que essas substâncias podem ou não provocar. Sobre a legislação, explica que elas estão num limbo que está sendo resolvida e posteriormente falará um pouco da ANVISA e os protocolos de atendimento que serão discutidos. Apresenta as novas substâncias psicoativas que se tem atualmente, focando nos canabinoides sintéticos que apareceram com o nome de Spice, apresentando os núcleos químicos desses canabinoides, além deles, têm-se os benzodiazepínicos sintéticos com uma classe enorme de substâncias que estão surgindo agora. Fala sobre os novos opióides sintéticos, os alucinógenos de desenhos (2C-B), que estão chamando de cocaína rosa e as estimulantes que são drogas semelhantes às anfetaminas, vendidas e comercializadas como sais de banho, as catinonas. Apresenta a lista F da Anvisa com 40 substâncias, com 200 substâncias catalogadas como substâncias proscritas, segundo a última atualização a qual teve acesso (RDC 784 de março de 2023) e que essa listagem aumenta cada vez mais. Informa, que os canabinóides sintéticos surgiram como “legal highs”, pois eram substâncias legalizadas, algumas delas com um

indicativo de que não podem ser de consumo humano, no caso do incenso, o aromatizante não se estende para este fim. Declara que essas substâncias acabaram sendo utilizadas, porque de alguma maneira imitavam os efeitos produzidos pelas drogas e surgem exatamente pela falta de proibição. Explica que se não está na lista F da portaria 344, não é uma substância proscriita, não se configurando um crime por porte de uso, sendo assim, a Anvisa começou a proibir a medida que elas apareciam. Fala sobre as feniletilamina, um tipo ecstasy e a partir de 2001, novas substâncias surgem com efeito parecido ao metilenodioximetanfetamina, comercializado com o mesmo perfil de comprimido colorido. Informa a proibição de 35 feniletilaminas em 2001, até que em 2010 o canabinóide sintético passou a constar nesta lista. Exibe o último relatório da comunidade europeia, emitido no final do ano passado, relativo a 2020, onde relatam 6.300 apreensões de canabinóide sintético. Sobre mortes, foram relatadas em três países, sendo eles: Alemanha, Hungria e Turquia. Comenta que no final de 2001 já haviam 224 novos canabinóides sintéticos, sendo que 15 foram relatados só em 2021. Referente ao gráfico apresentado, em 2020 foram 52 novos relatos, 880 substâncias sendo monitoradas, nos anos de 2014/2015 foram os anos em que mais aparecem novas substâncias psicoativas, havendo uma queda atualmente. Ainda sobre números, são 162 catinonas estimulantes e o crescimento de 33 novos benzodiazepínicos. Sobre as drogas K, informa que surge primeiro a K2 como Spice, inicialmente como um tipo de incenso que era usado para aromatizar o ambiente, sendo usados em plantas secas ou tabaco, onde sua substância sintetizada em laboratório era nebulizada em cima dessas plantas, com a informação que era uma maconha mais forte. Informa que nunca pegou uma substância canabinoide sintética colocada sobre a maconha e que na maioria dos casos eram colocados em cima de orégano, nebulizando a substância por cima. Fala que depois de 2010 buscava não identificar a maconha porque não havia THC, não tendo nenhum canabinoide natural. Em relação ao K4, suas primeiras apreensões eram realizadas nos presídios, colocadas diretamente no papel, parecido com papelote de LSD, diferente das que eram colocadas sobre um vegetal, igual o K2. Já o K9, apareceu recentemente, tanto no papel como nas ervas. Diz que a diferença das três drogas, popularmente, é a potência dos efeitos que a droga pode provocar, mas que na verdade não existe essa diferença pois os três podem ter qualquer um dos canabinóides sintéticos. Sobre a estrutura química, a primeira apresentada é a estrutura do THC (Tetrahydrocannabinol) que é o fitocanabinoide, canabinoide presente na planta e responsável pelo efeito psicoativo, sendo o JWH- 18. O segundo apresentado é o dronabinol, um medicamento sintético que tem a estrutura também baseada no

THC, é idêntico, porém um é sintético e o outro tem efeito canabinoide. Sobre os endocanabinóides é produzido e são substâncias orgânicas, hormônios neurotransmissores responsáveis pela ligação com os receptores canabinóides CB1 e CB2 que todos os mamíferos possuem no organismo, sua estrutura se encaixa num receptor que irá produzir o efeito esperado, medicamentoso, terapêutico, psicoativo, entre outros. Explica que os dados números dos canabinóides e suas siglas vem do nome dos pesquisadores que sintetizaram essas substâncias. Comenta sobre a importância dessas explicações, pois a Anvisa não dava conta de proibir todas as substâncias que apareciam, então foi selecionado a estrutura básica e qualquer molécula que for inserida nessa estrutura já é proibida. Fala sobre alguns estudos de potência desses novos produtos, como no caso do HU que é 210, 66 a 80 vezes mais potente que o THC, já o HU 211, não tem efeito semelhante ao THC. Diz que essas substâncias só são identificadas a partir de análises. Mostra algumas ervas nebulizadas teoricamente com algum canabinoide sintético, divulgadas recentemente e apreendidas em São Paulo, sendo vendidas em pino. Diz também sobre as misturas presentes nos canabinóides, no caso do K2, apresenta três misturas. Explica que a princípio, em doses baixas os efeitos são semelhantes aos da maconha, porque a estrutura básica se liga nos receptores canabinóides e por isso elas produzem efeitos semelhantes como a euforia, larica, vertigem, olhos vermelhos, que são efeitos mais leves mas que tem mais relação com THC e com outros fitocanabinoides. Os efeitos mais intensos se dão a partir das quantidades usadas e do tipo de substância, como sensação de calor, vertigem, pressão na cabeça, distorção de tempo, ataques de pânico, piora na coordenação motora. Esses efeitos podem começar entre cinco e 10 minutos e dependendo da substância podem durar até 12 horas, duração maior que o efeito de LSD. Sobre os efeitos psicóticos estão a ansiedade, confusão, paranóia e alucinações, não sendo exatamente uma substância alucinógena, mas o fato de tamanha potência e de concentração muito alta, isso pode trazer uma alteração tal de percepção que pode ser considerada como alucinação. Ainda sobre os efeitos de overdose e intoxicação aguda, estão o aumento de frequência cardíaca, vômito, pressão arterial elevada, convulsões, efeitos presentes em qualquer intoxicação, resultando em todo sistema sendo prejudicado. Diz que na síndrome de abstinência o que tem sido relatado são as dor de cabeça, ansiedade, depressão, nada muito específico. Comenta sobre o que a mídia tem falado a respeito da maconha sintética, onde transforma os usuários em zumbis e que a imprensa os adoram chamá-los, sempre correlacionando com outras drogas. Destaca que maconha sintética não existe, pois a maconha é uma planta natural e o que se tem são canabinóides sintéticos, substâncias sintéticas que se

assemelham com a estrutura do THC que é um dos princípios ativos da maconha. Comenta sobre a reportagem da Rede Globo em abril de 2023 que não condiz com aquilo que ela tem apresentado, pois o que a mídia tem apresentado não são característicos dessa substância e que que não sabe quais são essas misturas e mesmo que sejam misturas só de canabinoide sintético, teoricamente são efeitos que parecem ser de uma síndrome extrapiramidal que é produzida, por exemplo, por metoclopramida, princípio ativo do plasil, que tem o tipo de efeito de contração, movimentação, prejuízo da coordenação motora, produzido por uma intoxicação aguda por essa substância, contaminando cocaína e crack. Diz que pode ser que estejam contaminados, mas não sabe dizer se isso é de forma proposital, pois é preciso mais investigações através de análise de todos os casos para obterem dados epidemiológicos corretos e adequados. Informa sobre o aumento das drogas K entre 2022 e 2023, conforme a reportagem da Globo, em termos de apreensão de quantidade, é citado um alto número, pois se foi apreensão realizada pela polícia, deve ter sido submetido à análise de perícia. Reforça que quando vê os dados apresentados das drogas sintéticas, fica em dúvida se a reportagem está falando especificamente de droga K ou não. Pede desculpas a Secretaria Municipal de Saúde e Vigilância, mas é importante destacar sobre o relatório da Semana Epidemiológica 19, 21 e 22 que vai até junho, catalogados e informados via SINAN sobre os casos suspeitos por intoxicações, foi de 328. Segundo o relatório, a região leste continua sendo a que tem o maior número de casos suspeitos, dados apresentados sobre a diferença entre homens e mulheres, notificações por idade de 20 a 39 anos, raça e nível de instrução. Chama a atenção para dois dados: critério de confirmação laboratorial com sete casos confirmados, no novo relatório epidemiológico 22 foram nove casos, um óbito por intoxicação e a cura sem sequelas de 240. Os outros critérios de confirmação foram os de clínico epidemiológico e clínico por efeito. Enfatiza a importância desses dados, pois sem eles não existe política pública e acredita que precisa ter um antídoto para o canabinoide sintético, já que atualmente não se tem nenhum, alertando a importância das análises. Fala sobre seus últimos casos em Campinas antes de se aposentar, onde foram identificadas catinonas sintéticas, Informa sobre uma nova substância que apareceu recentemente nos Estados Unidos, não presente no Brasil, a xilazina que é um medicamento veterinário, depressor, sedativo, analgésico que também está sendo mais uma vez chamada de droga “zumbi”. Diz sobre os opióides e seus efeitos potentes, destacando o fentanil que é 80 vezes mais potente que a morfina. Informa que nos Estados Unidos, as pessoas têm em suas residências o antídoto, assim como os policiais que estão atendendo casos de intoxicação e por algum acidente

inalam a substância, podem ter casos de intoxicação aguda, acredita que o fentanil não chegará ao Brasil com o uso desse tipo de epidemia, mas é importante saber do que se trata e seus cuidados, reforçando que para o que está sendo usado hoje no Brasil, não se tem antídoto. Finaliza dizendo sobre o seu convite na banca de uma tese de doutorado, semana passada e como foi aprovada, tomou a liberdade de apresentar um gráfico sobre intoxicação com foco em suicídio e que pelos resultados que estão obtendo na UNICAMP, são intoxicações acidentais, tentativas de suicídio de intoxicações não intencionais e aparecendo primeiros os benzodiazepínicos, antidepressivos, antipsicóticos, analgésicos e inflamatórios e as únicas duas mortes foram de paracetamol e GLP. Apresenta as substâncias predominantes, onde aparecem os clonazepam, dipirona, diazepam entre outros. Fala sobre uma manchete da Folha de São Paulo que diz que o Rivotril e seus semelhantes matam mais que cocaína e heroína, pesquisando na publicação da revista científica, o que mostra é o impacto do uso de benzodiazepínicos em usuários de drogas com um aumento da probabilidade de ter uma intoxicação, morte produzida por essa exposição. E alerta para os cuidados que devemos ter na divulgação sobre os canabinóides sintéticos e hoje chamar de droga K é o melhor caminho, embora o K seja gíria. Alerta ainda que a falta de informação correta e acharem que é maconha sintética, só faz elas usarem com descuido, pensando que o efeito é como o da maconha e não tomarem cuidado com uma substância que é sintética e não tem nada a ver com aquilo que elas estão usando.

Marcos agradece pelo alto nível de informação apresentado.

Wagner diz que em dezembro, quando começaram a chegar os comunicados sobre os primeiros casos da droga K, via interlocuções nos territórios, de acordo com os dados apresentados para levantamento epidemiológico, na reunião com os representantes do SENAD no dia 11 de maio, não é um problema exclusivo da região central. e sim algumas áreas periféricas, como zona norte e principalmente na zona leste, contradizendo as matérias produzidas pelo Jornal Nacional, UOL, Folha, Carta Capital que tratavam do uso na Praça da Sé. Fala que foram desses primeiros territórios, mais precisamente do CAPS IJ da Vila Maria que vieram os primeiros pedidos de ajuda, dado o poder de adição que essas substâncias. Comenta que depois de fevereiro começaram a chegar às demandas da imprensa sobre a maconha sintética devido toda repercussão. Informa que dado esse incêndio que já estava acontecendo nos territórios, duas tarefas fundamentais, a primeira é aprimorar a epidemiologia, as notificações e aprimorar ou pelo menos indicar para a

rede um fluxo de assistência para esses casos, principalmente em relação à infância e juventude. Diz que o fluxo dado na nota é colocado como ponto central que o CAPS IJ com o apoio das UPA e dos PS são pontos principais para a assistência, entendendo a centralidade do equipamento, o papel dele no território, capacidade de interlocução com outras esferas fazem parte da vida dessa criança e adolescente. Comenta sobre a proposta que está em andamento da construção de um termo de cooperação com o SENAD. Enfatiza que essas questões não são resolvidas apenas pela área técnica de saúde mental.

Silvia reforça que é muito válido essa preocupação em relação ao acordo mencionado pelo Wagner, pois precisam dessas amostras para fazer as análises nas pessoas que chegarem intoxicadas e terem acesso às informações analíticas das apreensões da polícia, porque hoje não possuem esses dados.

Marcos questiona se tem alguma previsão de mudanças para rever essa nota.

Jorge faz referência a apresentação da Silvia sobre a forma de uso da maconha sintética, onde a guerra às drogas é própria do capitalismo.

Wagner adianta que o foco vai ser a assistência.

Arthur compartilha o que tem enfrentado no CAPS AD com a chegada das drogas K e a publicação da nota onde fala-se muito sobre centralizar esse cuidado no CAPS que acha fundamental, mas é importante de se pensar sobre a capacitação dos profissionais neste CAPS quando o indivíduo chegar. Reforça a questão de uma política simples de informação, tanto para os usuários quanto para os profissionais e, ainda, a falta de capacitação dos profissionais.

Adilson compartilha sua trajetória nas reuniões do COMUDA e agradecendo pelas informações passadas na apresentação, mas ficou na dúvida sobre que ervas seriam as que foram mencionadas. Fala sobre a Conferência Livre Nacional que acabaram de realizar sobre a cannabis medicinal com a participação de vários especialistas de diversos países e culminou com o lançamento da frente parlamentar da Assembléia Legislativa. Sugere a Silvia que faça uma apresentação na 8ª Conferência e convidar as pessoas que falam sobre a cannabis medicinal.

Silvia agradece e diz que acaba chamando de ervas vários tipos de plantas e destaca a fala do Adilson sobre a intoxicação aguda e não do uso compulsivo, pois não tem ainda comprovação de que potencial de abuso essas substâncias têm.

Cecilia Galicio diz que terão que tirar o nome “medicinal”, inclusive se quiserem discutir a questão do que é cannabis e do que é maconha, já que esse termo medicinal é no mínimo triste. Com relação a nota técnica da Secretaria Municipal de Saúde, convida a todos a pensar num documento criado por nós, fazendo críticas ao material porque ele está direcionado para informar o profissional de saúde e que isso deveria ficar bem claro. Reforça sobre falarmos sobre uma política bem ampla de educação sobre drogas tanto para o profissional de saúde, quanto para crianças e adolescentes e destaca que desde 1987 o CEBRID publica uma cartilha para crianças a partir do sexto ano do ensino fundamental, melhor do que a da Secretaria de Saúde em termos de informação. Comenta que vai mandar no grupo o material do CEBRID que fala de educação sobre drogas para que venham eventualmente construir um material parecido com esse ou então sugerir a visão para educação nas escolas a respeito dessas substâncias.

Marcos complementa a fala da Cecília dizendo que nada impede que enquanto COMUDA de fazer um informe de que drogas K não é maconha, inclusive, informando as escolas com o apoio da Márcia com o objetivo de fazer uma campanha de prevenção aos jovens.

Alcione diz que concorda plenamente com a fala do Arthur e sugere que a nota seja com alguma coisa artística.

Marcos reflete o quanto é curioso o surgimento dessas drogas neste momento na cidade depois da dispersão da cracolândia e que as drogas K é um legado que a operação caronte trouxe para São Paulo.

Michel fala que se for possível que o conselho aprove uma nota técnica que seja acessível, o É de Lei vai lançar um material sobre drogas K em breve e diz que podem colaborar apoiando na construção desse material. e assim eu via ela tô enfim os outros conselheiros e conselheiras a gente a gente pode apoiar nessa construção desse material.

Arthur fala sobre o projeto artístico do CAPS AD chamado Vivências Periféricas e está à disposição para a construção do material.

Marcos encerra reforçando sobre a arte e a nota técnica mais elaborada do COMUDA com participação e interlocução do É de Lei e o pessoal do CAPS AD Butantã. Agradece a todos e encerra a reunião.